



HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
Avenida Pará, nº 1720 - Bairro Umuarama  
Uberlândia-MG, CEP 38405-320  
- <http://hc-ufu.hubrasil.gov.br>

CONJUR - Termo de Comodato - RCC 3.0

## MINUTA - TERMO DE COMODATO

**TERMO DE COMODATO Nº ....., CELEBRADO ENTRE O HU BRASIL - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH), UNIDADE HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (HC-UFU) E A EMPRESA .....**

**COMODATÁRIA: HU BRASIL - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (HC-UFU) - FILIAL EBSERH**, sediado na Av. Pará, 1.720, bairro Umuarama, Uberlândia/MG, CEP 38405-320, CNPJ 15.126.437/0038-35, UG-156654, neste ato representada pelo seu Superintendente, Sr. André Luiz de Oliveira, matrícula nº 3273987, nomeado pela Portaria SEI nº 82, de 06 de fevereiro de 2025, publicada no Boletim de Serviços EBSERH nº 1982, de 07 de fevereiro de 2025, e por seu Gerente Administrativo, Sr. Sávio de Moraes, matrícula nº 1123465, nomeado pela Portaria SEI nº 324, de 19 de maio de 2025, publicada no Boletim de Serviços EBSERH nº 2046, de 19 de maio de 2025, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração;

**COMODANTE:** ....., com sede na ....., CEP ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., representada neste ato por .....(nome), CPF n.º ....., conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos;

Conforme Processo Administrativo n.º23860.010875/2026-32, de acordo com o **Pregão Eletrônico SRP n.º.90050/2026**, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a COMODATÁRIA e a COMODANTE celebram o presente Termo de Comodato, nos termos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento de Compras e Contratos, versão 3.0 (RCC 3.0), dos normativos internos da Ebserh, dos artigos 579 a 585 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, de forma subsidiária, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a disponibilização, para o(s) item(ns) n.º **1 do anexo I**, do(s) seguinte(s) bem(ns) em regime de comodato: **60 (sessenta) unidades de dispositivos automáticos para a dispensação de SOLUÇÃO BLEND DE ÁLCOOIS (ETÍLICO E ISOPROPÍLICO) A 70%, DESTINADA À ANTISSEPZIA CIRÚRGICA DAS MÃOS E ANTEBRAÇOS, sendo 30 (trinta) unidades disponibilizadas de imediato e as demais fornecidas ao longo da vigência do contrato**, conforme a necessidade e exigências descritas no Termo de Referência:

#### DESCRIÇÃO DO ITEM EM COMODATO

**Dispensador automático para solução de assepsia à base de blend de álcoois (etílico + isopropílico) 70%, em regime de comodato, com acionamento automático por sensor de aproximação, sem contato manual, para uso em ambiente assistencial.** O equipamento deve ser fornecido com suporte e acessórios necessários à instalação e ao funcionamento, permitindo fixação em parede, alimentação por pilhas ou sistema autônomo equivalente, e compatibilidade com rotinas de limpeza e desinfecção de superfícies externas.

Especificações mínimas:

- Acionamento automático por sensor de aproximação, sem necessidade de toque manual.
- Alcance do sensor compatível com uso assistencial, admitindo faixa aproximada entre 3 cm e 10 cm.
- Dosagem controlada e uniforme, compatível com a viscosidade da solução alcoólica a ser fornecida, admitindo volume por acionamento em faixa suficiente para a adequada antissepsia das mãos e antebraços.
- Compatibilidade específica com solução alcoólica para antissepsia cirúrgica das mãos e antebraços, em formulação líquida ou equivalente.
- Alimentação por pilhas ou outra fonte autônoma equivalente, quando necessária, de modo a permitir instalação em locais sem dependência

de tomada elétrica.

- Instalação/fixação em parede, vedada a exigência de suporte de piso.
- Corpo externo em material resistente, lavável e compatível com desinfecção rotineira, admitindo aço inox, ABS ou material equivalente de desempenho similar.
- Capacidade de reservatório compatível com a demanda assistencial e com o consumo previsto, sem fixação de volume exclusivo, desde que assegurado o pleno funcionamento.
- Sistema que minimize contato, desperdício e contaminação cruzada, com funcionamento adequado em áreas de assistência à saúde.

1.2. Vinculam este Termo de Comodato, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. o Termo de Referência;
- 1.2.2. o instrumento convocatório;
- 1.2.3. a proposta da COMODANTE;
- 1.2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. **CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO(S) BEM(NS)**

2.1. O valor do(s) bem(ns) expresso em moeda nacional, será apresentada(s) pela COMODANTE conforme nota fiscal emitida posteriormente.

2.2. O valor identificado acima não estabelece qualquer vínculo financeiro entre as partes, servindo apenas para identificar o valor do(s) bem(ns) em caso de sinistro.

## 3. **CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Comodato é de **60 (sessenta) meses**, com início na data de ..... e encerramento em ....., podendo ser prorrogado, nos termos do art. 188 do RCC 3.0.

## 4. **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA COMODANTE**

4.1. Constituem obrigações da COMODANTE, bem como integram as especificações técnicas dos equipamentos disponibilizados em comodato, as condições relacionadas ao fornecimento, instalação, funcionamento, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, treinamento operacional e substituição dos dispensadores automáticos vinculados ao fornecimento da solução antisséptica, entre outras disposições pertinentes, aquelas previstas nos itens 3.5 do Termo de Referência, passando tais disposições a integrar este instrumento para todos os fins de direito.

## 5. **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA**

5.1. São obrigações da COMODATÁRIA:

- 5.1.1. utilizar o(s) equipamento(s) exclusivamente para as finalidades públicas especificadas no contrato;
- 5.1.2. designar servidores capacitados e devidamente treinados para operação do(s) equipamento(s);
- 5.1.3. disponibilizar local adequado e seguro para instalação do(s) equipamento(s), com infraestrutura necessária (energia, água, climatização, etc.);
- 5.1.4. zelar pela guarda e conservação do(s) equipamento(s), aplicando as normas de uso estabelecidas pela COMODANTE;
- 5.1.5. permitir o acesso dos técnicos da COMODANTE para realização de manutenções, mediante agendamento prévio;
- 5.1.6. comunicar imediatamente à COMODANTE qualquer defeito, avaria, furto, roubo ou sinistro envolvendo o(s) equipamento(s);
- 5.1.7. utilizar exclusivamente os insumos fornecidos pela COMODANTE, vedada a aquisição ou uso de produtos de terceiros no(s) equipamento(s);
- 5.1.8. restituir o(s) equipamento(s) nas mesmas condições em que foram recebidos, considerado o desgaste natural pelo uso adequado;
- 5.1.9. observar todas as normas de segurança, higiene e ambientais aplicáveis ao uso do(s) equipamento(s);
- 5.1.10. não transferir, emprestar ou ceder o uso do(s) equipamento(s) a terceiros, ainda que outros órgãos públicos;

## 6. **CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1. As sanções relacionadas à execução do Termo de Comodato estão definidas no Termo de Referência.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - EXTINÇÃO DO TERMO DE COMODATO

7.1. O Termo de Comodato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo fixado, ou quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem a devida prorrogação.

7.2. A rescisão do Termo de Comodato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

7.2.1. por ato unilateral formalizado pela COMODATÁRIA, por algum dos motivos do art. 227 do RCC 3.0, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

7.2.1.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à COMODANTE com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis.

7.2.2. de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a COMODATÁRIA;

7.2.2.1. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.

7.2.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

7.2.3. de forma judicial, por determinação judicial.

7.3. A extinção do Termo de Contrato não acarreta automaticamente a extinção do Termo de Comodato, que tem prazo de vigência próprio.

7.4. A extinção do Termo de Comodato, formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato, será precedida, sempre que possível, de:

7.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.4.2. indenizações e multas.

7.5. Formalizada a extinção, o extrato do Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 230 do RCC 3.0.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações do Termo de Comodato serão regidas pela disciplina do art. 196 e seguintes do RCC 3.0.

8.2. Registros que não caracterizam alteração do Termo de Comodato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

## 9. CLÁUSULA NONA - PUBLICAÇÃO

9.1. A COMODATÁRIA providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme o art. 278 do RCC 3.0.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

10.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Uberlândia - Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Uberlândia/MG, xx de xx de 2026.

(assinado eletronicamente)

-----  
Contratada

-----  
Representante Legal

(assinado eletronicamente)

**SAVIO DE MORAES**  
Gerente Administrativo do HC-UFU - HU Brasil  
Portaria-SEI nº 324, de 19 de maio de 2025

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Luiz Araujo Santos, Chefe de Unidade**, em 21/05/2026, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Rosane Maria De Araujo, Assistente Administrativo**, em 21/05/2026, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **61114559** e o código CRC **523CC23C**.

---

**Referência:** Processo nº 23860.010875/2026-32 SEI nº 61114559